



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**

**ACTA N.º 1/2012**

-----**SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DEZASSETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOZE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE – ADÃO JOSÉ FONSECA SILVA**-----

-----**1º SECRETÁRIO – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**2º SECRETÁRIO – TELMA DE FÁTIMA ATALÃO ROMA EM SUBSTITUIÇÃO DE CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO**-----

-----Eram vinte e uma horas, quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento do pedido de substituição dos seguintes Deputados Municipais: José Fernando Lopes, Maria Inácia Rosa, Cândida da Encarnação Baixinho, Paula Cristina Mónica Moreira, Manuel Luís Gomes Vaz, Vítor Hugo Batista Matos e António Afonso Salgado Ruano, que foram substituídos, respectivamente, pelos senhores, Telma de Fátima Atalão Roma, Carlos Alberto Souto Pedro, Leonel Augusto Morais Pires, António Joaquim de Araújo Oliveira, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa, Francisco Manuel Rosa, José Manuel Carvalho Neto.-----

-----O Deputado Municipal Sr. Rogério Paulo Esteves Martins faltou por motivo justificado.---

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Peredo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pela Sr.<sup>a</sup> Deolinda da Conceição Ferreira Morais.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 69 Deputados Municipais: Adão José Fonseca Silva, Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro, António dos Santos Pires Afonso, Maria Manuela dos Santos, José António da Silva Madalena, Manuel António Machado Carvalho, Fernando Humberto Gomes, Paulo Duarte da Silva Dias, António Mário Pegado Lemos Mendonça, Celina da Conceição de Sá Martins, Maria Helena Lopes Gonçalves, Manuel Duarte Queijo, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Maria Helena Rodrigues Magalhães, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Luís Inácio Fernandes Gonçalves, José Maria Peixoto Coutinho, Ana Rita Simão Rodrigues, Carlos Alberto Camelo, Maria Inês Falcão Bárrios, Manuel Alberto Rodrigues, António Joaquim Correia, Maria Idália Ferreira Correia Mateus, Judite Maria Paulos Lino, Luís Adelino Batista, Alberto Manuel Pinela Salgado, Maria José Alves de Lima, Helena Isabel Pires Seabra, João Lourenço Correia, Telma de Fátima Atalão Roma, Leonel Augusto Morais Pires, António Joaquim de Araújo Oliveira, Francisco Manuel Rosa, Carlos Alberto Souto Pedro, Luís Manuel Colmieiro Rodrigues, Humberto José Trovisco, Artur do Nascimento Vasco Parreira, Jorge Humberto Brás Fernandes, António Miguel Vinhas Romão, Arménio Augusto Carvalho, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, José António Génio, Eduardo João Martins Pereira, José Manuel Cova Veigas, Daniel Parente Reis, Manuel André Pires Morais,

Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Manuel Augusto Vilarinho Pinto, Armindo Caseiro Cepeda, João Manuel Fernandes, Mário Filipe Borges Teles, Maria José Filipe Ventura Freitas, Manuel de Jesus Albino Rodrigues, Deolinda da Conceição Ferreira Morais, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gualter do Nascimento Mesquita, António Sérgio da Silva Botelho, António João Alves Trovisco, Rui Manuel Cosme Santos, Maria Delfina Guiomar Sarmiento, Camilo António Morais, Joaquim Manuel Ferreira Seabra, Jorge Orlando Pires Asseiro, Manuel António de Sá Mico, Maurício dos Santos Correia, Sérgio Avelino Lino, Francisco António Martins e Gumesindo António Gomes. Não compareceram 8, Manuel António Mendes Vieira, Moisés do Espírito Santo Caseiro, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Maria Raquel Cordeiro Moreno, Rogério Paulo Esteves Martins, António Carlos Manso Gonçalo, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa e José Manuel Carvalho Neto.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar.-----

-----Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à acta da sessão ordinária do dia 29 de Dezembro de 2012, podê-lo-ia fazer. -----

-----Não havendo quem pretendesse usar da palavra, foi a acta posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com 69 votos a favor.-----

#### -----**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- (Artigo 86º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro)-----

#### -----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ A CDU está preocupada com a situação económica e social do Concelho porque, tal como todos sabemos, o comércio, a construção civil e outras actividades, estão em franca depressão, muitas a encerrar e outras a gastarem as suas reservas. Não basta “tapar o sol com a peneira” como fez o Sr. Presidente da Câmara, aquando da sua entrevista à RTP, por ocasião da Feira da Caça nesta cidade, dizendo que no Concelho de Macedo de Cavaleiros estava tudo bem, o que não é verdade. O PCP considera que esta situação de depressão económica e social que o Concelho vive, não está desligada dos acordos que o Governo e o PS têm feito com a Troika estrangeira e que estão a levar o País à ruína.-----

-----Pela nossa parte consideramos que há uma alternativa democrática e patriótica que passa pelo aproveitamento dos recursos naturais e, nesta matéria, o nosso Concelho dispõe de bastantes e muito importantes que, devidamente aproveitados criariam empregos estáveis e com direitos. Consideramos, portanto, que cabe ao também Executivo Municipal desenvolver esforços em várias áreas, no sentido de, em diálogo com o Governo, exigir políticas claras para a agricultura, indústria, comércio e serviços, ao mesmo tempo que deve defender os serviços públicos de qualidade. Temos de combater o pacto de agressão da que está a empobrecer os portugueses e a arruinar o País .-----



-----Resta-nos saudar todos os trabalhadores que se deslocaram do Distrito de Bragança para participar na grandiosa manifestação promovida pela CGTP, no passado dia 11, transformando o Terreiro do Paço no Terreiro do Povo.”-----

-----**ANA RITA SIMÃO RODRIGUES (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“ A promoção da participação cívica dos jovens na vida pública deve ser um objectivo central das democracias modernas. Assentes nesta prioridade de construção de mecanismos político-constitucionais de participação, figuram os Conselhos Municipais de Juventude (CMJ). Um espaço democrático, onde os jovens têm a possibilidade de influenciar a elaboração de melhores políticas, de levar as suas reivindicações até aos poderes constituídos e desta forma serem eles também sujeitos activos do processo político. Contar com o seu envolvimento é um garante de modernidade e inovação nas soluções e caminhos políticos a apontar. E, com a adequada e contínua formação, permite uma intervenção mais eficaz na construção de uma sociedade, baseada no associativismo e em conceitos de voluntariado, cooperação e solidariedade. Hoje, mais do que nunca, os jovens estão na base das preocupações sociais. A Juventude, como tema transversal e no contexto das dificuldades socioeconómicas que vivemos, necessita de respostas concretas na área da educação, do emprego, da garantia e ampliação de deveres e direitos e noutras vertentes que garantam e consolidem a sua autonomia, imprescindível ao seu bem-estar ao longo da vida. Foi aprovada em votação final global, no passado dia 16 de Dezembro na Assembleia da República, tendo o diploma legal com as alterações ao Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude sido publicado a 10 de Fevereiro, entrando em vigor dia 1 de Março de 2012. A revisão da Lei que instituiu os Conselhos Municipais da Juventude foi suscitada por diversas entidades, entre as quais a própria ANMP, sendo o texto legal entretanto alcançado o fruto de um trabalho conjunto entre os diversos partidos políticos, grupos parlamentares e juventudes partidárias, traduzindo as alterações registadas o resultado do consenso entre as diversas estruturas, que sempre procuraram responder aos argumentos e preocupações da ANMP. O diploma revisto alterou as normas cuja inconstitucionalidade havia sido invocada e clarificou de forma inequívoca que os pareceres a emitir pelos Conselhos Municipais de Juventude não têm carácter vinculativo e que a sua não emissão não obsta à apreciação e votação do Plano e Orçamento Municipais. Caminhando igualmente no sentido de uma observação da ANMP, foi também clarificada a forma de cedência de instalações pelo Município aos Conselhos Municipais de Juventude e a forma de prestação de apoio àquelas entidades.-----

-----Uma vez mais, pretende-se realçar a participação nos processos decisórios e assume-se como a construção de um novo paradigma de efectivo envolvimento dos jovens na gestão autárquica em todo o território nacional. É por isso que continuamos a defender que quanto maior for a participação dos jovens nas comunidades locais, melhores serão as perspectivas de afirmação e desenvolvimento dos nossos territórios e a qualidade das decisões públicas.-----

-----Consequentemente, a JSD, não pode aceitar a circular emitida pela ANMP aos diversos Municípios Portugueses, que mantém a sua posição de não implementação dos Conselhos Municipais de Juventude. No passado tinham a nossa compreensão, agora somente rejeição.

Trata-se de um desrespeito pela Assembleia da República, pelos jovens e sobretudo pela democracia local, tendo em conta que a ANMP teve a oportunidade de participar neste debate, foi ouvida na primeira aprovação desta Lei e, apesar de convidada a estar presente na discussão desta revisão, entendeu dela não participar. A atitude séria e responsável que no passado nos levou a aguardar pela conclusão desta revisão que permitisse a criação de um órgão com base de apoio legal, reconhecimento por parte dos Municípios e das Federações de associações juvenis, e com efectivo alcance é a mesma que hoje me traz aqui para sensibilizar o Município para esta matéria. Foi sempre a nossa postura. Este, era e é um assunto que pela sua importância merecia prudência e colaboração, rejeitando a sua utilização como mera arma de propaganda política como foi utilizado pela oposição. Esta, enquanto participava num processo de revisão jurídica que reconhecia limitações e fundamentos de aplicação desadequados, vinha a esta Câmara questionar a implementação do Conselho Municipal de Juventude, que sabia ser moribundo e incapaz de atingir os propósitos da sua criação.-----

-----Há quem chame a essa atitude, Demagogia Política.-----

-----A JSD lamenta que ao fim de uma 2.ª revisão ainda se criem obstáculos à implementação do Conselho Municipal de Juventude, e, atendendo a alguma reserva que a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros possa ainda ter suscitado pela ANMP, esperamos que pelo menos se possa iniciar um Conselho Municipal de Juventude/Fórum de Juventude, sem a obrigatoriedade da Lei, mas uma estrutura onde os jovens possam participar activamente com as suas ideias na política concelhia. O Executivo pode contar da nossa parte com toda a colaboração que for necessária. Estamos convictos que as restantes forças políticas se juntarão a nós, neste repto que beneficia a Juventude do Concelho, o exercício da cidadania e reforço da pluralidade democrática.”-----

-----**CAMILO ANTÓNIO MORAIS (PS)** – Disse que hoje ouviu num canal de televisão falar em Macedo de Cavaleiros como sendo a “Capital do Grelo”, pedindo ao Sr. Presidente da Câmara, que explicasse isto à Assembleia.-----

-----Seguidamente fez referência a uma iniciativa chamada “Pão, Torga e Poesia”, levada a cabo por uma Associação de Macedo de Cavaleiros, que já em vários momentos levou longe o nome de Macedo. Esta Associação de seu nome Potrica tem sido um pouco desprezada, pois ainda agora decorreu em Macedo de Cavaleiros a Feira da Caça e esta Associação como já vem acontecendo há algum tempo não foi convidada, desconhecendo-se a razão deste tipo de tratamento. É muito grave que sejam Organismos e Instituições exteriores a Macedo a dar reconhecimento a esta Associação, que foi o que aconteceu recentemente na Feira do Fumeiro de Vinhais, para a qual foram convidados a participar e onde representaram dignamente o nome de Macedo. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara explicasse porque razão a Associação Potrica nunca é convidada a participar em programas onde a televisão está presente.-----

-----Finalmente deixou no ar uma proposta, no sentido de que na próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, no âmbito da ordem do dia e do ponto “Boas práticas e inovações no



Concelho”, seja a Associação Potrica convidada a trazer aqui as boas práticas de uma Associação que praticamente sem apoios, tem levado longe o nome de Macedo.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Iniciou a sua intervenção dizendo que numa altura em que diariamente são “bombardeados” com más notícias como é o caso da situação económica do País e a alta taxa de desemprego, a nossa Unidade Local também não é excepção e sofre com essas vicissitudes, pois nem tudo está bem. Contrariando a situação gostaria de chamar a atenção para algo positivo que aconteceu no Concelho durante o mês de Janeiro, perspectivando-se o mesmo agora no Carnaval. Efectivamente a Câmara Municipal tem caminhado no bom sentido, no que diz respeito ao apoio às actividades económicas e culturais e é exemplo disso a Feira da Caça, pois durante os três dias da sua realização foram milhares os visitantes e centenas de caçadores que cá estiveram. Nota-se que já tem impacto económico muito significativo e é já uma aposta ganha. Este tipo de Feiras Sectoriais como é a Feira da Caça e Turismo, tem espaço para crescer e evidencia Macedo em prejuízo de Feiras mais genéricas como é o caso da Feira de S. Pedro.-----

-----Disse ainda, que uma vez que se está a aproximar o Carnaval e certamente o Carnaval de Macedo vai passar nos canais de televisão como um dos Carnavais mais genuínos do País. Macedo já entra na rota do Carnaval Tradicional e tem uma cobertura televisiva dos três canais. É bom saber que há uma procura muito grande por parte dos produtores locais, relativamente às barracas de comercialização desses produtos conseguindo lutar e remar contra a maré.-----

-----Não podia também deixar de falar, sobre aquilo que foi um bom investimento em Macedo de Cavaleiros, a Zona Industrial. Nestas duas últimas semanas teve oportunidade de ler várias notícias e artigos sobre o investimento das Câmaras Municipais provando-se que, muitas vezes, os concelhos que mais investiam, eram aqueles onde se verificava maior queda da população, entre 2001 e 2011, por não serem investimentos produtivos, mas sim dispendiosos. A Zona Industrial foi uma aposta certa e já emprega neste momento cerca de 200 pessoas.-----

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Na minha última intervenção deixei aqui algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara. Não obtive resposta a nenhuma delas. Ou porque o Sr. Presidente da Câmara não me reconhece o direito de o questionar, ou porque não quer desvendar algum segredo que, nas suas palavras, é a alma do negócio, ou então porque simplesmente não há resposta. Mas de entre todas essas questões há uma para a qual eu sei que há resposta, não será é conveniente e talvez seja embaraçosa. Em que situação está o nosso PDM? Já que o Executivo não nos informa, então eu fui informar-me e quando vi aquilo que aqui tenho, deu-me vontade de rir. Neste caso não me ri de desgraça alheia, mas sim da minha própria desgraça, ou melhor, da nossa desgraça. Neste mapa está retratada a situação da revisão do PDM, da nossa região, em Dezembro de 2011. O processo de revisão está dividido em 11 fases. Consideremos que as três primeiras constituem a base inicial do procedimento e as três últimas, o fecho desse mesmo procedimento. Temos assim no trono do processo cinco

grandes etapas, cinco etapas morosas e difíceis que demoram anos. Digo-vos então que o nosso PDM está na terceira dessas 11 fases, ou seja, está na base inicial do procedimento. Ao fim destes anos todos, estamos na base do procedimento? Porquê, Sr. Presidente da Câmara? Andamos todos estes anos a fazer o quê? O Sr. Presidente da Câmara andou estes anos todos a falar em desenvolvimento sustentado, em planeamento, em projectos e nem sequer o essencial está feito? Como pretende construir o edifício, se não tem ainda o projecto?-----

-----Meus caros macedenses, este processo de revisão do PDM é um autêntico embuste. Andamos todos estes anos a pensar que a coisa ia devagar, mas ia. A dura realidade é que a coisa não vai. Não vamos ter PDM novo tão cedo. Não vamos ter desenvolvimento tão cedo, não vamos ter respostas nestes próximos dois anos, pois elas simplesmente não existem. Sr. Presidente não lhe faço hoje perguntas, apenas o desafio a vir aqui mostrar que tudo aquilo que eu disse não é verdade, e acredite que, para mim, como macedense, bem gostaria que fosse capaz de o demonstrar.”-----

-----**MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS)** – Relativamente à poupança de energia por parte do Município, concorda que se preocupem, mas devia fazê-lo de uma maneira mais correcta e não da forma como o faz. Tem verificado e já vários comerciantes se queixaram, que em pleno centro da Cidade está tudo às escuras e o que vai dando um pouco de iluminação, são as luzes das montras das lojas.-----

-----Fez ainda referência a um assunto que já em 2009 trouxe para discussão nesta Assembleia Municipal e que tinha a ver com os Táxis. Verificava-se na altura que as taxas e licenças de acordo com o Regulamento, eram muito superiores em Macedo do que as praticadas por outros Municípios. Recorda que a resposta do Sr. Presidente da Câmara foi que não havia motivo para preocupação, porque Macedo não iria ser excepção e iria praticar taxas semelhantes aos outros Municípios. Passado este tempo, foi novamente abordado pelos taxistas que lhe deram exemplos como Vila Flor, Carrazeda e Mogadouro que pagavam 46,00€, Alfândega da Fé - 25,00€, Mirandela - 100,00€ e Macedo de Cavaleiros – 150,00€. Gostava que o Sr. Presidente lhe explicasse, porque se mantém o valor nos 150,00€ em Macedo e se não seria possível baixar esta taxa.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que relativamente à crítica sobre a sua entrevista para o programa de televisão emitido a partir de Macedo, onde terá dado uma imagem exageradamente positiva do Concelho, confessa que foi sua intenção dar essa boa imagem, destacando todos os aspectos positivos do concelho.-----

-----Sobre o Conselho Municipal de Juventude, destacou a forma como foi abordada a questão, procurando dar uma solução, em vez de se queixar do problema. Elucidou os Deputados Municipais sobre esta questão, nomeadamente da constituição do Conselho Municipal de Juventude.-----

-----Explicou também o fundamento do evento intitulado “Macedo Capital do Grelo”, na gastronomia e divulgação dos produtos.-----



-----Quanto à Associação Potrica, disse que é parceira da Câmara Municipal nas actividades culturais desde há muito tempo. No programa da Feira apareceram um conjunto de Associações e de facto a Associação Potrica não constou da lista. Podem ter a certeza que o Presidente da Câmara não teve qualquer responsabilidade, uma vez que são os Serviços que fazem estas diligências.-----

-----No que diz respeito ao Carnaval justificou o porquê de a Câmara dar tolerância de ponto aos funcionários da Autarquia no próximo dia 21 de Fevereiro.-----

-----Quanto à intervenção do Deputado, Pedro Mascarenhas sublinhou o facto de ser arquitecto de profissão e por isso ter informação privilegiada na área do planeamento e Planos Directores Municipais. Pode dizer-lhe que neste momento, relativamente ao PDM, está a Comissão de Acompanhamento para marcar a data da reunião da referida Comissão, que há-de aprovar a Reserva Agrícola Bruta e há-de aprovar também a Proposta de Reserva Ecológica. Disse ainda que quando no início fez referência ao conhecimento do Sr. Deputado Pedro Mascarenhas, era para dizer que com tanto conhecimento, não foi correcto, não ficou bem e não foi adequado fazer a interpretação que fez do porquê de se estar assim.-----

-----Relativamente à intervenção sobre a poupança de energia, não pode de maneira nenhuma aceitar que digam que a cidade está às escuras, porque isso não é verdade. No plano de desligamento de pontos de luz no Concelho que são considerados em excesso, é faseado e tem dois efeitos; o de redução do consumo e também o efeito pedagógico.-----

-----Sobre os Táxis, estranha esta questão, porque a Câmara trabalha permanentemente com os taxistas, pois ainda agora foram criadas zonas de estacionamento para os mesmos junto à paragem dos autocarros e não manifestaram qualquer preocupação. Todos os dias tanto o Presidente da Câmara, como o Vice-Presidente e os restantes Vereadores passam junto dos taxistas e nunca os abordaram com essa questão.-----

-----**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Disse ao Sr. Presidente da Câmara, para que não fique a ideia de que há má fé na sua intervenção, os Governos mudaram para todos os Concelhos e as leis são iguais para todos, e portanto as dificuldades ou facilidades são as mesmas. Pode no entanto dizer que no Distrito de Bragança, ao nível de Macedo se encontra Mirandela e Freixo de Espada à Cinta. Bragança tem já o PDM revisto, aprovado e em vigor. O de Moncorvo está em fase de discussão pública e todos os outros estão do meio para a frente, não vê portanto onde está a má fé.-----

-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Deu os parabéns ao Município pela realização de mais uma Feira da Caça e pelo seu sucesso. Ainda sobre um projecto da EDP que envolve o Município perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se todas as Freguesias do Município podem fazer esse projecto, ou se só são as Freguesias envolventes, como é o caso de Lagoa e Morais.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente ao grau de retrocesso dos PDM's, informou que tem a ver com a fase em que são apanhados, com as novas versões legislativas.-----

-----Quanto à questão colocada pelo Presidente de Junta Manuel Mico, informou que o Fundo do Baixo Sabor é dotado de meios pela EDP, que é o construtor da Barragem. Esse Fundo é gerido pelo Presidente, junto da Conservação da Natureza e da Diversidade e com o qual a Associação de Municípios do Baixo Sabor, tem um protocolo para a gestão do fundo. No âmbito desse protocolo são elaborados objectivos e criam-se uma espécie de crédito de quadro comunitário, onde se definem alguns eixos e tipologias de acção. Alguns são localizados para as zonas ribeirinhas, outros são de âmbito concelhio, uns são só para os Municípios e outros podem ser para as Juntas de Freguesia e para Associações que trabalhem na área do ambiente. Quer com isto dizer, que é decidido caso a caso.-----

-----**PONTO 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 2.1 – ANÁLISE PRELIMINAR DA PROPOSTA DE LEI DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informou que o que está hoje nesta Assembleia a proposta de Lei que deu entrada na Assembleia da República na passada Sexta-feira dia 10 de Fevereiro. A intenção, é que de alguma forma os Deputados Municipais, tenham conhecimento desta proposta de diploma.-----

-----Informou também dos vários trâmites que esta proposta de Lei tem pela frente, até ser aprovada.-----

-----**CAMILO ANTÓNIO MORAIS (PS)** – Disse que esta é uma proposta sobre a qual todos podem e devem dar achegas e ter uma atitude critica, para que esta Lei seja melhor. Lembrou que quando surgiu o Documento Verde, se o País inteiro não tivesse tido essa atitude critica e não o “massacrassem”, hoje não teriam uma proposta tão ampla como esta.-----

-----Sempre disse que não ia defender proposta nenhuma e que iria fazer uma análise e suscitar o debate. Está-se numa fase de rever a Administração Local e isto não acontece por acaso, acontece porque a sociedade é dinâmica e muda. Basta que recuem apenas 50 anos e vejam se passaram de uma ruralidade profunda, onde as freguesias tinham imensa gente, o que já não acontece agora. Neste momento já não podem dizer que as suas Freguesias são rurais, pois há algo citadino e de tempos modernos. É precisamente por tudo isto que têm de mudar. Essa mudança tem a ver com os hábitos que os povos, aldeias e cidades adquiriram ao longo do tempo. Não são só as sociedades dinâmicas, mas também tudo aquilo que as move. O avanço técnico e científico obriga a que elas se dinamizem cada vez mais. Ao longo do tempo com os surtos migratórios que se registaram e com a zona Litoral do País a crescer cada vez mais, é certo que as nossas aldeias diminuíram. É lógico que estas perderam importância, havendo inclusivamente algumas, que simplesmente desapareceram. Há Freguesias a nível Nacional, principalmente no Interior, que se quiserem ser rigorosos na altura das eleições não se consegue fazerem 4 ou 5 listas. É esta a nossa realidade.-----

-----Agora, tal como há 150 anos, tem de ser feita uma reforma e têm como exemplo o Concelho de Macedo, onde outrora existiam outros concelhos mais pequenos à volta, que foram agrupados num só concelho, com uma dimensão muito maior.-----





-----Neste momento e tendo em conta a proposta apresentada, o concelho de Macedo irá perder cerca de 9 Freguesias. Esta questão trouxe algum alívio para uns e um pouco de frustração para outros, nomeadamente para os que estavam a espera de poder incluir a freguesia do lado na sua freguesia.-----

-----É necessário por todos fazerem uma análise séria e crítica, porque como já disse, as sociedades e os processos são dinâmicas e mais tarde ou mais cedo vão ter de fazer uma Reforma Administrativa. Essa Reforma, na sua opinião, devia ser feita agora, para bem do concelho de Macedo, pois não gostaria de ver um dia a sua freguesia e outras, integradas num outro Concelho.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**DANIEL PARENTE REIS (PSD)** – Efectivamente esta é uma questão que tem de ser debatida, porque é necessária e gostaria que mais gente participasse neste debate. Não se pode esquecer no que aqui foi dito, há duas ou três Assembleias atrás, pelo Sr. Vereador Rui Vaz, que “isto poderia estar a ser cozinhado”. Aqui não há cozinhados e se na altura eventualmente os houve, ele não foi convidado.-----

-----Louva a esclarecedora intervenção do Presidente da Junta de Lamalonga, Camilo Morais. No entanto gostaria que lhe explicasse ou que dissesse à Assembleia quais as nove freguesias, que vão ser agregadas para poderem prepararem o futuro. Também gostaria que explicasse a questão dos 25%, porque pelas suas contas a Freguesia de Espadanedo vai manter-se.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** na qualidade de Presidente da Comissão de Acompanhamento da Reforma do Poder Local e sobre a questão das 9 freguesias que eventualmente serão agregadas, se se mantiver os 25%, esta proposta virá a esta Assembleia Municipal, formulada pela referida Comissão. O entendimento é que quando for aprovada e publicada a Lei e quando tiverem um texto estabilizado a Comissão reunirá e farão um trabalho sério e honesto, pois é uma situação muito difícil e delicada. Trarão depois o documento a esta Assembleia Municipal. Mais tranquilidade, honestidade e transparência não pode haver.-----

-----Seguidamente o **Sr. Vereador Rui Vaz**, uma vez que foi interpelado e depois de devidamente autorizado pelo **Sr. Presidente da Câmara** disse que tal como o Sr. Presidente de Junta de Espadanedo, também ele não foi convidado para o manjar, mas se eventualmente aquela intervenção que fez, levou a que fosse constituída a Comissão que hoje trabalha, para que esta matéria tão importante fosse abordada de uma forma honesta, valeu a pena tê-la feito e a forma como a fez teve resultados práticos.-----

-----**GUMESINDO ANTÓNIO GOMES (PSD)** – Neste caso o Governo começou por mexer nos parentes pobres da política e acabar com as Juntas de Freguesias. Pensa que já todos sabem que a sua posição é contra este projecto de Lei. Isto que apresentaram na sua opinião não é nada, é sim brincar com as pessoas e com este País e gastar dinheiro inutilmente. Faça-se sim uma reforma que seja séria e profunda e que englobe simultaneamente as Freguesias e os Municípios.-----

-----Se tiverem em conta as palavras do Deputado, Camilo Morais quando diz que as nossas aldeias estão desertas, o que é verdade, isso deve-se às políticas levadas a cabo pelos diferentes Governos. Mas isto não se verifica só em Portugal, passa-se em Espanha, França e Alemanha onde existem Municípios com apenas 5 habitantes.-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – A proposta de Lei da reorganização administrativa aprovada pelo Conselho de Ministros, mantém a liquidação de 1/3 das freguesias hoje existentes. A proposta agora aprovada visa a consagração de um projecto ainda mais grave e perigoso, do que o que constava da versão inscrita no Livro Verde. Não tenhamos dúvidas que estas medidas vão originar um empobrecimento democrático (traduzido na redução de mais de 20 mil eleitores); milhares de trabalhadores das freguesias extintas, cujo destino futuro será o despedimento ou a mobilidade; aprofundamento das assimetrias e perda de coesão territorial, social e económica; acentuar a ausência de resposta aos interesses populares e à satisfação das suas necessidades.-----

-----Com esta nova proposta, todas as Freguesias passam a ser teoricamente elimináveis. A “competência” dada aos órgãos municipais – denominada de pronúncia no texto do diploma – é meramente teórica, dado que a decisão que vierem a tomar, só será levada em consideração se corresponder aos objectivos de redução previamente decididos pelo Governo. Os argumentos usados para justificar esta ofensiva são falsos. Senão vejamos: Ao contrário do “reforço da coesão” o que daqui resultará é mais assimetrias e desigualdades. Os efeitos dos processos de aglomeração são, como comprovadamente se conhece, adversos à coesão. Juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população, com os mais fracos ou menos populosos, traduzir-se-á em mais abandono, menos investimento local e menos coesão para quem menos tem e menos pode, ou seja, para as freguesias liquidadas. Em vez da enunciada “melhoria da prestação dos serviços públicos”, resultarão novos territórios, muitos deles distantes dezenas de quilómetros da sede das novas freguesias, desprovidos do único espaço de proximidade capaz de lhe dar resposta mínima a um conjunto de solicitações e necessidades.-----

-----A CDU não pode compactuar com mais esta ofensiva e apela ao desenvolvimento das acções de luta e de oposição de cada uma das freguesias com base no esclarecimento e mobilização das populações.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** disse que a proposta que vier a esta Assembleia, virá da Comissão que foi eleita pela Assembleia Municipal. Poderão também reunir as Assembleias de Freguesia. Caberá ainda à Câmara Municipal, se assim for o entendimento, a apresentação de uma proposta. A conjugação destes três elementos, convergirá para a proposta que irão apresentar para apreciação e discussão desta Assembleia Municipal.-----

## -----**PONTO 2.2 – BOAS PRÁTICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO NO NOSSO CONCELHO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Deputado Municipal, Paulo Dias que, na qualidade de Director do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros,



informou que no âmbito deste desafio proposto pelo Sr. Presidente da Assembleia iria passar um conjunto de slides que procuram de uma forma simples apresentar alguns aspectos do dia a dia do Agrupamento, tendo-se centrado naquilo que considera o melhor que têm na Educação. Disse, também, que com a apresentação que ia fazer não queria de forma alguma dizer que tudo é perfeito.-----

-----Passou à projecção dos slides e aos seus comentários, começando por dizer que no primeiro slide estavam as linhas orientadoras da acção da Escola. O próprio projecto educativo diz que tem de ser assim: valorizam a dignidade humana o respeito pela diferença a auto-estima a cidadania, o respeito, o trabalho e os seus princípios orientadores e assentam na valorização e no conhecimento do trabalho e do sentido da responsabilidade na preparação para a vida activa através da relação educação/informação. Entendem que a escola é um serviço público aberto à Comunidade que tem de prestar apoio em todas as vertentes que a comunidade necessita.-----

-----Quanto à oferta educativa, cobre toda a educação e ensino público no concelho. Da educação pré-escolar ao 12º ano. A oferta curricular é aquela que tradicionalmente vem dos programas. A oferta da escola é extensa e esta permite-lhes não ter abandono escolar e reorientar os alunos nos percursos educativos que fazem na escola e quando percebem que um aluno não está bem num percurso mudam-no do ensino regular para um curso de educação e formação, um curso profissional para que desta forma tenha sempre a oportunidade de redireccionar o percurso que está a fazer e assim conseguem que os alunos e os pais encontrem respostas em função das dificuldades que surgem no dia a dia.-----

-----Têm 93 turmas.-----

-----Extra-curricular é aquilo que os alunos fazem fora da sala de aulas e aquilo que a escola oferece aos alunos que passa essencialmente por actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo. Têm o Inglês, expressão plástica e corporal e educação musical. Têm ainda os Clubes: o jornalismo, o desporto escolar, o clube natura, a matemática e ainda um conjunto de ateliers que estão neste momento a desenvolver-se.-----

-----Têm 1711 alunos, tendo a escola nestes últimos 5 anos perdido cerca de 400 alunos, têm 238 professores 1 psicólogo e 102 funcionários (pessoal não docente).-----

-----Deu ainda conta da Gerência de 2010 dizendo que foi no valor de 14 milhões duzentos e trinta e quatro mil novecentos e oitenta e quatro euros e nove cêntimos. Referiu que no mês de Novembro passado fez o pagamento de seiscentos e vinte e cinco mil euros nos vencimentos dos professores e funcionários. Servem 3 500 refeições por semana e vendem: 5 mil pães, 1 000 bolos e croissant, 550 sumos e 800 cafés, por estes números podem ficar com uma ideia da dinâmica e da abrangência que o Agrupamento tem, pois são seguramente o maior "Restaurante da Cidade".-----

-----Quanto a resultados o Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros em 2010 conquistou dez bandeiras verdes e nesse ano houve catorze no Distrito. Actualmente todas as nossas escolas são eco-escolas. Naturalmente que há aqui um trabalho de parceria muito forte com a Ecoteca e com a Câmara Municipal mas a verdade é que as Escolas do Agrupamento

são ecológicas, limpas, fazem a selecção do lixo e tem controlo na despesa da água e da electricidade.-----

-----Ao nível do Desporto Escolar informou que o Agrupamento tem um Clube com 10 grupos de equipas em competição; isto significa que todas as semanas têm cerca de 150 alunos em circulação pelo Distrito que vão fazer competição com as outras escolas.-----

-----Em termos de resultados é com muito orgulho que diz que na fase Regional (Região Norte) os alunos do Agrupamento de Macedo de Cavaleiros são excelentes nadadores, corredores e jogadores de futebol a ponto de a escola ter sido escolhida para ser a primeira a nível nacional para a liga mega escolas e o Agrupamento pela dinâmica que tem a nível de Desporto Escolar ganhou um prémio de melhor prática na Região Norte nos últimos dois anos.-

-----Também são referência a nível das Bibliotecas Escolares. Têm quatro grandes espaços na Biblioteca Escolar, têm bibliotecários e equipas nas Bibliotecas e estão apresentadas como exemplo e modelo e os alunos da Escola já foram pelo menos duas vezes à final do concurso nacional de leitura, pois têm implementada uma cultura de leitura.-----

-----No ano passado nas Olimpíadas de Matemática foram estes os resultados na fase Distrital: no 7.º ano – 3.º lugar; 8.º ano - 1.º lugar; 9.º ano - 1.º; 3.º e o 7.º; 10.º ano – 1.º; 5.º e 8.º; 11.º ano – 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 7.º, 8.º e 10.º e no 12.º ano – 1.º e 6.º.-----

-----Dinamizam, para além de um projecto que têm com a Autarquia e a Santa Casa da Misericórdia, colaboram e desenvolvem as funções de empreendedorismo desde a Educação pré-escolar. Têm uma parceria com a Fundação EDP e os alunos da Escola conquistaram o 1.º e o 2.º lugares numa feira.-----

-----Deixou ainda o registo de que a Escola é: airosa, iluminada, limpa, moderna e segura. Não há frio, portas partidas, casas de banho destruídas nem lixo e todos os alunos respeitam a escola.-----

-----Com resultados destes ao nível do Distrito apresentou ainda os resultados dos concursos de acesso ao Ensino Superior: em 2010, apresentaram candidatura na 1.ª fase 65 alunos tendo sido colocados 61, sendo que 49% entraram na primeira opção. Este ano entraram 6 alunos para medicina e entraram também alunos para química aeronáutica e não ficaram em nada, em valores comparativos, atrás das escolas que apareceram na televisão a dizer que tinham metido alunos em medicina. No corrente ano em 43 candidatos entraram 40, 19 na primeira opção.-----

-----É com orgulho também que diz que ao nível do português e da matemática de 9.º ano conseguiram ser um dos únicos 4 concelhos do País que tiveram direito a ter uma mancha verde que significa que tiveram positiva ou estiveram acima dos 2.9.-----

-----Isto consegue-se não estando só, pois só é possível obter resultados destes trabalhando em parceria. Têm um conjunto de parcerias muito alargada que lhes resolvem os problemas sendo que o parceiro mais próximo é a Câmara Municipal. Têm uma grande aposta também ao nível superior tanto com o Instituto Piaget como com o IPB de Bragança. Além destes têm também entidades locais mas o segredo e a boa prática que hoje pretende evidenciar é que para além dos professores dos alunos e dos pais há um conjunto muito



alargado de entidades que colaboram e se disponibilizam para trabalhar e que partilham os objectivos da escola.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a prestação dada pelo Deputado Municipal Paulo Dias, também Director do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros.-----

-----**PONTO 2.3 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----Pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a actividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta acta.-----

-----Abertas as inscrições, ninguém usou da palavra:-----

-----**PONTO 2.4 – APROVAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL (PAES) “PACTO DE AUTARCAS” – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA m), N.º 2 ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2012.02.12, que se transcreve: “--- Sobre o assunto presente a informação n.º 5 do Gabinete de Apoio ao Presidente que se transcreve: ”A Câmara Municipal, deliberou em 2010.09.06, a adesão do Município de Macedo de Cavaleiros ao **Pacto de Autarcas**, e submeter a mesma, a aprovação da Assembleia Municipal. Em 2010.09.28, a Assembleia Municipal deliberou, nos termos da alínea m), do n.º 2 art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5.A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a adesão do Município de Macedo de Cavaleiros ao “Pacto de Autarcas”. No cumprimento dos compromissos assumidos com a assinatura do Pacto, torna-se necessária a submissão ao Gabinete do Pacto em Bruxelas (CoMo) o Plano de Acção para a Energia Sustentável (PAES) aprovado pelos órgãos competentes do Município e que incluía medidas concretas que permitam reduzir em pelo menos 20%, até 2020, o nível de emissões de CO2. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal aprove o Plano de Acção para a Energia Sustentável (PAES) do Município de Macedo de Cavaleiros e submeta o mesmo, a aprovação da Assembleia Municipal”.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após devida apreciação deste assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar o Plano de Acção para a Energia Sustentável (PAES) do Município de Macedo de Cavaleiros e submetê-lo a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal nos termos prescritos na alínea m), n.º 2, art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por unanimidade, dos 69 membros eleitos presentes, deliberou nos termos da alínea m), n.º 2, art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar o Plano de Acção para a Energia Sustentável (PAES) “Pacto de Autarcas”.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Conforme estipula o n.º 1 do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmº Sr. **Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no **público** que quisesse neste momento intervir. -----

-----Não houve quem pretendesse usar da palavra:-----

-----Finalmente foi posto à votação para **aprovação em minuta**, o ponto 2.4 desta ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----**Eram vinte e três horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.**-----

---

---

---



-----Eram zero horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor  
Presidenta da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se  
passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º  
Secretários.-----

---

---

---